

Veja e Banco Rural: financiadores do PSDB

29/07/2005



O deputado federal **Dr. Rosinha**, candidato a presidência do PT do Paraná revelou nesta semana que a Editora Abril S/A (responsável pela Revista Veja) e o Banco Rural foram financiadores das campanhas do PSDB nas eleições de 2002. Veja as seguintes matérias no site do deputado:

– [Banco Rural deu R\\$570 mil ao PSDB em 2002](#)

– [Editora de “Veja” doou R\\$50 mil ao PSDB](#)

Publicamos a seguir o artigo “Quando o inimigo dorme ao lado” sobre o desembarque de tropas norte-americanas em território paraguaio na região da tríplice fronteira.

Quando o inimigo dorme ao lado

DR. ROSINHA

A América do Sul vive hoje, sem as antigas amarras das ditaduras, uma fase de efervescência social. Desde 2000, a população de diferentes países sul-americanos tem ido às ruas exigir as mudanças prometidas por seus respectivos governos. Por não realizá-las, alguns já foram depostos.

Nos últimos quatro anos, três presidentes eleitos pelo voto foram afastados. O primeiro deles foi o argentino Fernando De la Rúa. Em seguida, o boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada. Por último, o equatoriano Lucio Gutiérrez. Essa soma não leva em conta, nos casos de Argentina e Bolívia, os sucessores imediatos.

Simultaneamente a este processo, foram eleitos governantes de características de centro-esquerda —o brasileiro Lula, o venezuelano Chávez e o uruguaio Tabaré— ou progressistas, caso do argentino Kirchner e do paraguaio Frutos.

São estes governantes que procuram, pela primeira vez nos últimos 30 anos, com certa independência e soberania, a construção de uma política de integração da América do Sul, através da chamada “Comunidade Sul Americana de Nações”. E é justamente a isso que se opõem os EUA.

Alguns fatos que atestam a ascensão dos movimentos sociais sul-americanos: o caso da Bolívia em relação ao petróleo e o gás natural, a questão da água no Uruguai e os movimentos de rua contra privatizações, no Paraguai. Nesses três casos, os movimentos acabaram por forçar os governos a adotar posições contrárias aos interesses norte-americanos.

Com essa conjuntura razoavelmente adversa, os Estados Unidos buscam acordos bilaterais, comerciais ou não, como é o caso do acordo com o México e os países da América Central. São acordos que avançam em questões como legislação trabalhista, propriedade intelectual, meio ambiente, recursos naturais e energéticos, saúde e educação.

A Colômbia e o Equador são considerados países-chave para a manutenção da hegemonia norte-americana na região. Mas, com a queda de Lúcio Gutiérrez e a sombra política cada vez maior de Chávez na região, o futuro parece restar indefinido.

Nesse contexto, o Paraguai resolve assinar um acordo militar com os EUA. Conforme registro da página do Senado paraguaio na internet, o primeiro documento referente a tal acordo foi assinado em novembro do ano passado. No último dia 7 de junho, o governo do país vizinho envia uma nova mensagem ao parlamento.

Na mensagem, autoriza o “ingresso no país de tropas das Forças dos Estados Unidos da América, com armas, equipamentos e munições, a fim de realizar exercícios e intercâmbios militares bilaterais [...]”, de julho de 2005 a dezembro de 2006.

O texto prevê a realização de 13 exercícios militares, com a participação de “forças especiais” e a utilização de aviões e helicópteros. Em outras palavras: permite a instalação de uma “base militar” norte-americana —se não permanente, pelo menos temporária.

O recente desembarque de militares dos EUA no território paraguaio, para participar de tais “exercícios”, inclusive na Tríplice Fronteira —área estratégica pela presença da Itaipu e do Aquífero Guarani—, é a consolidação de um sonho que vem desde 2001. Na época, após os atentados de 11/9, o sub-secretário Douglas Feith (Defesa) sugeriu ocupar tal área, onde, segundo ele, haveria terroristas.

Apesar da negativa dada tanto por autoridades paraguaias quanto norte-americanas, o acordo pode consolidar a permanência definitiva dos militares dos EUA no Paraguai.

Os soldados e demais contingentes norte-americanos chegam com imunidade diplomática. Ou seja, o Paraguai renuncia ao direito de submeter os “visitantes” ao seu sistema judicial, às cortes internacionais, ou a qualquer outro tribunal que não seja dos Estados Unidos.

A imunidade diplomática para soldados americanos em serviço no exterior é algo recente e passou a ser defendida após fatos ocorridos nas prisões de Abu Ghraib e Guantánamo.

É bastante preocupante a presença norte-americana no país vizinho. A construção do Mercosul ou da Comunidade Sul Americana de Nações só é possível a partir de uma relação de confiança mútua.

Mas como agir sem desconfiança, se o vizinho dorme com o inimigo?

Dr. Rosinha, médico pediatra, deputado federal (PT-PR)
e secretário-geral da Comissão do Mercosul.